

**PORTARIA GP Nº 33 DE 22 DE MAIO DE 2017**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:  
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Desembargador FERNANDO DA SILVA BORGES  
Presidente do Tribunal

ANEXO  
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2016 a ABRIL/2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.233.335.127,88</b>	<b>7.382.908,11</b>	<b>1.240.718.035,99</b>
Pessoal Ativo	957.114.981,35	6.784.652,36	963.899.633,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	276.220.146,53	598.255,75	276.818.402,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização ( § 1º do art. 18 da LRF )	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF ) (II)</b>	<b>242.508.580,06</b>	<b>1.691.099,24</b>	<b>244.199.679,30</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.418,07	0,00	42.418,07
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	7.267.923,71	1.691.099,24	8.959.022,95
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	235.198.238,28	0,00	235.198.238,28
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>990.826.547,82</b>	<b>5.691.808,87</b>	<b>996.518.356,69</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>		718.531.431.000,00
<b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100</b>	0,137896%	0,000792% <b>0,138688%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,255194%</b>	1.833.649.100,03
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,242434%</b>	1.741.966.645,02
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>0,229675%</b>	<b>1.650.284.190,02</b>

FONTE: SIAFI / Tesouro Gerencial – CCIN/TRT15

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2. Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 – TCU - Plenário, não foram incluídas:

a) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 13.564.000,63.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), sendo despesa liquidada R\$ 4.684.138,87.

3. Conforme determinação contida no Acórdão nº 346/2006 – TCU – Plenário, não foi incluído o valor de R\$ 3.225.913,22 referente a “Precatórios da Administração Indireta”.

Gustavo Fachim  
Ordenador de Despesas com Pessoal

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser  
Diretor Geral

Sinval Alves Fernandes  
Responsável p/ Controle Interno

Fernando da Silva Borges  
Desembargador Presidente do Tribunal